

Monoparentalidade

Helena Loureiro Montagnini

Helena Prado Lopes

Nos séculos XVIII e XIX a maternidade era considerada um elemento imprescindível da identidade feminina. Atualmente, apesar de não ser a única fonte de realização da mulher e da sua constituição enquanto sujeito, ainda é muito valorizada, significando, para algumas delas, uma dimensão importante de identidade.

A monoparentalidade feminina é mais comum que a masculina, o que pode ser atribuído à importância dada ao projeto parental, que ainda se apresenta de maneira mais intensa nas mulheres.

Do ponto de vista prático, há de se considerar a diferença em relação ao acesso aos tratamentos. Para ter um filho sem um parceiro, a mulher necessita recorrer a um banco de sêmen, ao passo que o homem precisa de óvulos doados e de uma mulher que se disponha a gestar o bebê, o que dificulta a realização de tratamentos.

No que diz respeito às famílias monoparentais masculinas, os estudos ainda são reduzidos, apesar de constituírem uma diversidade familiar emergente, gerando, ao mesmo tempo, novos desafios diante das transformações da sociedade atual.

A maneira como os homens vivenciam a paternidade tem apresentado mudanças significativas, havendo um maior envolvimento e participação na educação, cuidado e na rotina dos filhos, que décadas atrás eram funções pertinentes às mulheres. Deste modo, o desejo de ser pai e a frustração do mesmo passa a apresentar diferentes nuances e significados e já se faz presente nas clínicas de reprodução assistida homens solteiros buscando tratamentos para ter seus filhos.

Seguiremos este texto fazendo uma maior referência às famílias monoparentais femininas pela sua maior presença nas clínicas e em nossas práticas.

A monoparentalidade vivenciada pelas mulheres não é um fenômeno recente, pois sempre existiram famílias que, por diversas razões, foram chefiadas por mulheres sem um parceiro.

Algumas famílias monoparentais se caracterizam desta maneira pelo falecimento do parceiro ou devido à sua ausência por separação, hospitalização prolongada ou mesmo por circunstâncias profissionais. Nestes casos, há uma alteração da configuração familiar original, que inicialmente era formada por um casal parental. Tal alteração pode ser vivenciada como um momento crítico, pois há uma situação de perda e ruptura, requerendo um tempo para readaptação à nova configuração.

Por outro lado, a monoparentalidade pode ser derivada de um projeto parental no qual não existe uma relação de casal, podendo ser proveniente de relações sexuais esporádicas com fins reprodutivos, adoção ou reprodução assistida. Nestes casos, a monoparentalidade é voluntária, originária de um desejo e de uma escolha da mulher, diferenciando-a daquelas que se encontram nesta condição por uma circunstância por vezes inesperada e não desejada, quer pela morte, abandono ou separação do companheiro.

A família monoparental feminina se faz presente em todos os níveis sociais, muitas vezes por opção das mulheres, visto que vivemos um momento no qual elas têm alcançado liberdade para expressar e decidir que desejam a maternidade, e não o casamento. A possibilidade de uma mulher ser mãe e gestar um filho sem a participação de um parceiro tornou-se viável por meio da intervenção da tecnologia reprodutiva. Esta é uma condição que tem ganhado cada vez mais espaço, principalmente nas classes sociais mais altas, em que há viabilidade econômica de utilizar tratamentos com custos financeiros elevados. Se por um lado, cria-se desta maneira uma possibilidade, surgem simultaneamente novos impasses e questionamentos. Abordaremos mais especificamente as famílias monoparentais constituídas desta maneira, considerando o desejo de ser mãe da mulher solteira.

O modelo tradicional de família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, atua como referência para a maioria dos indivíduos, sendo depositário de muitas idealizações. É considerado o lugar ideal para os filhos crescerem e se desenvolverem de maneira a terem assegurado o bem estar físico e emocional. A pluralidade das configurações familiares na sociedade contemporânea leva a um processo de rompimento com o modelo tradicional de família, suscitando resistência aos modelos que diferem do paradigma dominante. Assim, qualquer configuração que se distancie do modelo tradicional é alvo de críticas, preocupações, questionamentos e dúvidas justamente por esta idealização do modelo ainda mais comum.

As mulheres que optam por terem filhos sem um companheiro se distanciam da estrutura familiar tradicional por constituírem uma família sem a figura do pai são, muitas vezes, criticadas por pensarem exclusivamente na realização do próprio desejo, desconsiderando o bem estar do filho e o direito dele ter um pai. De acordo com esta visão, as mulheres menosprezariam a importância da figura paterna em uma atitude onipotente, descartando o homem do processo de filiação, substituindo-o por um doador de sêmen.

Os homens que desejam ter filhos sem uma companheira são alvo de questionamentos quanto à sua capacidade de cuidar dos filhos e exercerem funções tidas como femininas.

Do ponto de vista prático, é ressaltada a sobrecarga de funções e responsabilidades na criação do filho sem a presença de um cônjuge. Se a conciliação entre a vida familiar e o trabalho é um dos desafios deste novo século e envolve inúmeras contradições e conflitos em famílias biparentais, a situação torna-se ainda mais complexa em famílias monoparentais.

Há algumas diferenças e especificidades desta configuração familiar que não devem ser desconsideradas, mas que merecem um olhar cuidadoso e desprovido de preconceitos pautados na noção de um desvio da norma.

Quando a mulher demanda um filho à medicina reprodutiva, supõe-se a existência de um desejo. Entretanto, algumas vezes manifesta-se uma necessidade de ter um filho, proveniente de cobranças pessoais, familiares e/ou sociais, contextos nos quais a mulher é caracterizada por sua capacidade de procriar.

Os avanços da reprodução assistida favoreceram novos arranjos familiares e podem reforçar a identidade mulher-mãe, pois as novas possibilidades parecem fortalecer o estigma da incompletude da mulher que não tem filhos.

A maternidade, no entanto, tem sido cada vez mais postergada, pois atualmente não é a única fonte de realização da mulher. O desenvolvimento profissional e acadêmico, assim como a estabilidade financeira, são valorizados e desejados, e requerem dedicação, por vezes dificilmente conciliadas com a maternidade. Quando são alcançados alguns desses objetivos e volta-se a atenção para a realização do projeto parental, por vezes se deparam com os limites do potencial reprodutivo.

Neste contexto, a ausência de um parceiro provoca frustração, tanto pelo aspecto afetivo, quanto pela impossibilidade da realização do projeto parental. O sofrimento pela ausência de realização na vida amorosa pode ser acompanhado por sentimentos de vergonha, fracasso e até mesmo de desvalorização pessoal.

As mulheres se sentem pressionadas pelo limite biológico, encontrando-se numa encruzilhada, onde o tempo de espera para encontrar um parceiro pode significar o esgotamento e o fim de sua vida reprodutiva. Muitas dessas mulheres apresentam-se ansiosas, pois há urgência na busca por um companheiro e pelo pai de seu filho, o que pode, por sua vez, dificultar tal encontro.

Assim, tem sido cada vez mais utilizado o recurso da criopreservação dos óvulos, numa condição potencialmente mais favorável para a fertilização, enquanto se espera que haja o encontro de um parceiro. Há mulheres que relatam histórias de dificuldades e sofrimento com a figura masculina e mais facilmente decidem utilizar o sêmen de doador anônimo, manifestando satisfação por poderem prescindir de um homem para a realização do desejo de serem mães. Evidenciam-se nesses casos dificuldades emocionais que podem trazer repercussões negativas no relacionamento com o filho, especialmente se for um menino.

No entanto, algumas mulheres que optam por utilizar banco de sêmen, se sentem frustradas pela ausência de um parceiro e esta decisão é marcada por conflitos e questionamentos.

Há preocupações com os aspectos práticos, como a necessidade de conciliar a vida profissional, social, afazeres domésticos com a responsabilidade de educar e prover economicamente e emocionalmente um filho, sem a participação de um companheiro.

Neste contexto, a existência de uma rede de apoio emocional é especialmente importante para as mulheres. Isto se evidencia nas clínicas de reprodução assistida, nas quais as mulheres frequentemente são acompanhadas pelas mães ou por alguma pessoa com quem mantém um relacionamento afetivo importante. Aquelas que não têm aprovação do contexto familiar na decisão de serem mães solteiras tendem a apresentar conflitos mais acentuados, pois desde o início se deparam com preconceitos e críticas quanto a este modo de constituição familiar.

Ao abordar as diferentes estruturas familiares, Maria Rita Kehl nomeia as famílias não convencionais de “famílias endividadas”, que trazem a marca do fracasso e da incompletude. Tal dívida se dá com a família idealizada e com o filho, e é uma dívida permanente e impagável.

Estando nesse lugar de endividamento, muito dificilmente essas mulheres conseguirão sustentar o lugar da autoridade e da responsabilidade, fundamental para o desenvolvimento da criança. É de extrema importância que haja a superação de tais idealizações para que essas famílias possam ser construídas e legitimadas em suas singularidades.

Do ponto de vista psicológico, sabemos dos riscos existentes da união excessiva entre mãe e filho, impedindo que este se separe da mãe, cresça e possa ser movido pelos seus próprios desejos. Um questionamento importante nessas configurações familiares é quem vai mediar o vínculo mãe e filho para que esta dupla não fique aprisionada na fusão.

Muitas vezes a figura do pai faz essa função de mediação, mas não a garante, pois não depende nem é assegurada pela sua presença concreta. Trata-se de uma função simbólica, que pode ser exercida pelo pai, ou mesmo vínculos com amigos que se coloquem como um terceiro valorizado e desejado pela mãe, interpondo-se entre ela e o filho.

Maternidade, mulheres solteiras e contemporaneidade

Inicialmente, a ideia de “mãe solteira” estava estritamente ligada às adolescentes imaturas que engravidavam e eram consideradas vítimas de uma situação social desfavorável. Associava-se também à mulheres que, contrariando os costumes sociais da época, mantinham relações sexuais antes do casamento engravidando involuntariamente, sendo discriminadas no meio social onde viviam.

No entanto, essas características de “mães solteiras”, apesar de não terem deixado de existir, não são mais as únicas da atualidade. Foram surgindo aos poucos na sociedade, em virtude da revolução sexual e da independência financeira da mulher, mães sozinhas que se encontram nessa situação porque assim desejam, isto é, surgem as “mães solteiras” por opção em contraposição às mães solteiras involuntárias, para as quais a maternidade foi “imposta”.

Tanto as mulheres solteiras que adotam quanto as que optam pela reprodução assistida consideram a maternidade como uma importante fonte de realização pessoal. São mulheres que, de maneira geral, decidiram ter filhos sem um companheiro quando reuniram as condições materiais (situação financeira) e afetivas (estabilidade emocional) que consideraram necessárias para exercer a maternidade solitária. Comumente são mulheres independentes e autossuficientes, que optaram por esta alternativa sem pedir conselhos, comunicando-a para os familiares e amigos quando a decisão já estava tomada.

A maternidade só através da reprodução assistida possibilita uma distinção entre projeto reprodutivo e perspectivas afetivo-amorosas. Neste sentido, o desejo e a intenção de se relacionar com alguém não deixam de existir, porém são dissociados do desejo e da realização da maternidade. A maternidade sem vínculo conjugal, através do uso de tecnologia reprodutiva, sinaliza um processo de mudanças gradativas no que diz respeito à fusão entre as figuras do genitor, pai e marido, que em nossa cultura são identificadas numa única pessoa.

Dentre inúmeros aspectos envolvidos neste cenário, a busca pela maternidade fora do contexto conjugal coloca a necessidade de aquisição do gameta masculino – sêmen - e isto tem acarretado uma exigência de elaboração ou deslocamento da figura do pai, não mais contida no doador genético. No

cenário da maternidade solitária, os homens podem ficar em segundo plano, pois a procriação medicalizada dissocia a paternidade sexual da procriação. Essas técnicas possibilitam a inclusão do sêmen congelado sem o intercurso sexual e sem a presença física do homem.

Apesar desta situação também ser verificada entre mulheres casadas que necessitam da doação de sêmen de doador, no caso das solteiras o nascimento de um filho não gera relacionamento com um pai. Assim, além da separação entre genitor e pai há uma mudança na concepção de que filhos nascem de relacionamentos amorosos.

Sendo assim, a doação de sêmen anônima ressalta a inexistência da figura paterna, aspecto relevante na decisão da maternidade solteira. Há muitas expectativas com relação ao significado de gerar uma criança que não terá um pai. As preocupações referem-se à sociabilidade da criança (por exemplo, o dia dos pais na escola), ao ato de contar a ela sua origem e a necessidade de conhecer e lidar com o que pode ocorrer com uma criança concebida nesse contexto. Muitas das mulheres elaboram esta questão apostando na ideia da função simbólica do pai, que poderia ser exercida por outras pessoas a sua volta, principalmente na rede de parentes.

O fenômeno da maternidade solteira por reprodução assistida apresenta alguns dilemas aqui pontuados, introduz novos elementos no que diz respeito aos indivíduos e tipo de relacionamentos envolvidos no nascimento de filhos. Articula e desarticula as representações de pai-genitor-parceiro, apresentando novos arranjos possíveis.

O desenvolvimento das técnicas de Reprodução Assistida promove uma revisão de questionamentos éticos, jurídicos e religiosos, bem como promovem uma revisão de conceitos e princípios até então arraigados quanto à maternidade, incentivando, ainda mais, a concepção da maternidade como decorrente de fatos sociais e culturais, atos de desejo e não apenas biológicos.

Diante desse cenário da reprodução assistida na contemporaneidade, evidenciam-se situações em que as mulheres podem efetivar suas decisões com autonomia, possibilitando alternativas aos contextos onde relacionamentos são considerados desfavoráveis ou inviáveis para a sua efetivação.

Abordagem psicológica

A abordagem psicológica na clínica da reprodução assistida deve se adequar a cada pessoa em função de suas necessidades e do momento em que se encontram.

As mulheres que optam pela maternidade sem ter um companheiro devem ser acolhidas e escutadas em suas histórias e singularidades. De maneira geral, o trabalho psicológico tem como objetivo oferecer um espaço para reflexão a respeito da decisão de formar uma família sem o cônjuge, para que possam se apropriar e se responsabilizar por suas escolhas.

Quando se refere à dinâmica familiar de mães solteiras é importante que o profissional de saúde mental explore e estimule a presença das redes de apoio familiar e social de que a mãe dispõe. Sabe-se que a presença de outros adultos solidários, favorece a maternidade e o desenvolvimento infantil, em parte pelo significativo apoio dado à mãe por esses membros, que lhes ajudam na educação de seus filhos.

Um outro aspecto a ser trabalhado é o que se refere à sobrecarga de tarefas por parte da mãe solteira, em decorrência da ausência do cônjuge. A mulher assume funções domésticas, educativas e econômicas, funções estas que não tem com quem compartilhar, o que faz com que o o apoio de familiares e de amigos possa compensar essas atribuições e compensar também a ausência do pai. Acredita-se que a ausência do pai não traz, necessariamente, consequências negativas para a maternidade e a interação familiar. Uma mãe pode ser bastante adequada mesmo sem ter a presença do pai da criança, mas isto dependerá também da influência do apoio social dos avós, parentes e amigos.

É importante que o profissional de saúde mental no trabalho com a mãe solteira ressalte que não há um único modelo de família que possa ser considerado como padrão familiar saudável e que as necessidades das crianças podem ser supridas por uma variedade de arranjos sociais.

A abordagem psicológica deve contemplar também a possibilidade do insucesso do tratamento de reprodução assistida, ajudando às mães solteiras a lidar com a frustração de seu desejo de ser mãe.

Considerações Finais

Pontuamos neste texto algumas questões suscitadas pelas famílias monoparentais constituídas pela intervenção da reprodução assistida, enfatizando o impacto e desarticulação na noção e em valores agregados ao modelo de família tradicional. Do nosso ponto de vista, o olhar para essas novas constituições familiares exige abordagens não preconceituosas e patologizantes.

As técnicas de reprodução assistida têm alterado as tradicionais noções de maternidade, de paternidade e de família, e, conseqüentemente criaram novos e complexos dilemas humanos. Observamos que essas mulheres se percebem diante de algo muito novo, da inexistência de modelos a seguir, o que lhes causa tensões quanto à ruptura de alguns parâmetros correntes, como a preocupação com a inexistência da figura paterna para os seus filhos. Diante disso, estratégias são criadas para a recuperação da figura masculina na rede de convivência, a afirmação do desejo de ter um filho como pilar da família, assim como um pensamento crítico aos modelos familiares que enfatizam a importância da estrutura familiar, por vezes minimizando a qualidade das relações.

O apoio da família é fundamental, assim como o das redes sociais que funcionam como um continente para as ansiedades e receios tanto das crianças quanto das mães, em seus momentos de maior insegurança. Essas redes de apoio e afeto funcionam suprimindo em parte as funções da figura parental ausente, impedindo o isolamento, ajudando na socialização da criança e lhe oferecendo modelos de identificação.

É importante também que essas as famílias monoparentais masculinas e femininas encontrem reconhecimento social para que seus protagonistas desfrutem de suas escolhas e possibilidades.

A família se constitui de laços sociais que se constroem nos contextos dos vínculos entre pais e filhos, que demandam inscrição no campo afetivo. Novos arranjos familiares vieram acrescentar-se às formas tradicionais de família, porém as funções maternas e paternas continuam indispensáveis ao desenvolvimento do ser humano, independente de quem as exerça. O que parece ser mais importante é que todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento das crianças tenham recursos emocionais, sociais e materiais adequados para este fim.

Referências Bibliográficas

- Kehl, MR (2001). Em defesa da família tentacular. Texto escrito a partir de idéias contidas em dois artigos anteriores: “Família boa é a dos outros” em: Paulo Roberto Pires (org.) Outros 500. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. E “Lugares do feminino e do masculino na família” em: M. Cecília Comparato e Denise F. Monteiro: A criança na contemporaneidade e a psicanálise. (vol I). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lopes, HP (2010). Ser Pai & Mãe no século XXI. Bandeirante, Rio de Janeiro.
- Lopes, HP e Montagnini HL (2015). A mulher solteira e o desejo de ser mãe. In: Straube KM, Melamed RM, organizadoras. Temas contemporâneos de psicologia em reprodução humana assistida: a infertilidade em seu espectro emocional. São Paulo: Livrus Editorial.
- Mansur, L (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. Psicologia: Ciência e Profissão; 23 (4): 2-11.
- Souza, MCB; Moura, MD e Grynszpan, D (2006) Vivências em Tempo de Reprodução Assistida. O dito e o não-dito. Revinter. Rio de Janeiro.
- Strathern, M (1995). Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n.2, p.303-329.
- Straube, KM e Melamed, RM (2013). Temas Contemporâneos de Psicologia em Reprodução Assistida. Livre Expressão, São Paulo/ Rio de Janeiro.
- Tubert, S (1991). Mujeres sins ombros: Maternidad y Tecnología, Siglo XXI, Madrid.

